

**LOQUE, Flávio Fontanelle. *Ceticismo e religião no início da modernidade. A ambivalência do ceticismo cristão*. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 278p.**

*Luciana Maria Azevedo de Almeida\**  
*almeidalmaz@gmail.com*

É possível ser cético e ao mesmo tempo cristão? A expressão “ceticismo cristão” denota a convivência paradoxal entre a recusa cética da crença e a adesão à crença na religião cristã. Cunhada por Le Vayer para classificar sua filosofia, e escolhida por Flávio Loque por evitar o anacronismo do termo “fideísmo”, utilizado somente no século XIX, ela sintetiza a problemática que o trabalho irá elucidar: o das relações entre a suspensão do juízo e os critérios da escolha religiosa (p.23). Os três itinerários analisados, Montaigne, Charron e La Mothe Le Vayer são escolhidos pelo fato de compatibilizarem, cada qual à sua maneira, o ceticismo e a fé cristã. Com perspicácia, Loque demonstra como, na Apologia, a solução de Montaigne para o problema da escolha religiosa é ambivalente, possibilitando que dela derivem as soluções de Charron e Le Vayer em direções distintas e mesmo antagônicas: a validação do cristianismo baseada na verossimilhança, no primeiro caso, e no outro, em uma instância extra-razional e contingente – a vontade.

Além das qualidades formais do texto, sua fluidez, desenvoltura, clareza metodológica e rigor conceitual, a escolha dos autores garante ao trabalho grande relevância, fomentando o debate sobre filósofos menos frequentados. Se os estudos dedicados a Montaigne são numerosos e contam com enfoques bastante diversificados, os dedicados a Charron ou Le Vayer são mais exíguos no Brasil, salvo os trabalhos publicados e fomentados por José Raimundo

\* Doutoranda em Filosofia pela UFMG.

Maia Neto. À diferença da maioria dos estudos do ceticismo na modernidade, que tendem a privilegiar a vertente pirrônica, seguindo uma tendência hermenêutica iniciada por Popkin, Loque demonstra a influência decisiva da vertente acadêmica nas versões do ceticismo produzidas neste período, especialmente para os casos de Montaigne e Charron.

O primeiro capítulo faz uma exposição exaustiva do ceticismo na antiguidade, nas vertentes pirrônica e acadêmica, recuo sempre útil quando se trata de ressaltar as particularidades que caracterizam cada uma das apropriações do ceticismo analisadas. O título dado ao capítulo “ceticismos antigos” revela o cuidado do autor em preservar as singularidades não só de cada corrente, mas também de seus principais expoentes, plural que surpreendentemente não se estende aos filósofos modernos no título atribuído ao capítulo seguinte – “ceticismo moderno”.

A exposição do percurso pirrônico é particularmente esclarecedora. Flávio enfrenta o problema, sempre ressurgente, da coerência do ceticismo. A primeira crítica acusa a suspensão do juízo de se ancorar em pressupostos ontológicos ou antropológicos – o fluxo das coisas ou a fraqueza da natureza humana –, o que denunciaria que a impossibilidade do conhecimento seria derivada de teses dogmáticas (p. 33). A argumentação de Locke demonstra que, ao contrário, o “ceticismo é genuíno”, isto é, não é fruto de crenças ou dogmas, mas o resultado de uma prática argumentativa *ad hominem*, em que o núcleo assertivo seria constituído por argumentos emprestados dos filósofos dogmáticos, sem envolver o compromisso do cético com seu conteúdo.

O cuidado em ressaltar o caráter positivo desta vertente contribui significativamente para reverter algumas visões simplificadoras que dificultam a compreensão do pirronismo, especialmente aquela que entende a suspensão do juízo como interdição da atividade de julgar (p. 173). De fato, a questão do escopo de *epoché* é bastante controversa. Debates em torno deste tema são célebres, como a controvérsia entre Frede e Burnyeat. Até onde vai a suspensão praticada e relatada pelo cético pirrônico? Flávio Loque argumenta que a *epoché* dirige-se contra a pretensão dogmática de fundamentar crenças, deixando patente a insuficiência das teses dogmáticas e a precipitação ao dar-lhes assentimento: “A suspensão do juízo, portanto, abarca somente o domínio dos discursos dogmáticos que se julgam capazes de captar as coisas tais como são” (p. 45). A suspensão é um purgativo contra a pretensão e opiniaticidade dogmática. Com esta restrição em vista, a acusação de *apraxia* e de *aphasia* perde seu sentido: eliminadas as crenças dogmáticas, vale seguir o fenômeno, processo que não envolve assentimento e sim consentimento, e que garante a possibilidade de um discurso cético e das escolhas práticas. Assim, não há

uma interdição da atividade racional, mas um uso legítimo da razão porque não dogmático, restrito aos fenômenos e às exigências da vida ordinária, como nas artes: “Limitar-se ao observável ou à experiência, (...) é a prescrição pirrônica” (p. 60).

Loque evidencia ainda que a diferença entre pirrônicos e dogmáticos se estabelece nas estratégias que pirrônicos ou acadêmicos empregam para colocar em prática a racionalidade adogmática: a contraposição dos argumentos com o objetivo de produzir a equipolência e levar à suspensão, ou contrapor argumentos para, em suspensão no que se refere à verdade sobre natureza das coisas, encontrar o provável (Carnéades) ou o verossímil (Arcesilau). “O acadêmico, sem infringir a suspensão do juízo, simplesmente acolherá a brancura da neve, não obstante a argumentação contrária, porquanto essa posição lhe parecerá mais convincente” (p.66), possibilidade esta que seria assegurada pela diferenciação entre as categorias de incerteza ou obscuridade e a de inapreensibilidade. Esta diferença permite ao autor enfatizar a viabilidade e coerência do ceticismo acadêmico, desde que a representação provável ou verossímil refira-se à credibilidade das representações para o sujeito e não a uma suposta similitude com verdadeiro.

O texto, no entanto, oscila quanto à apreciação do pirronismo: em alguns momentos o caracteriza como racionalidade isenta de opinaticidade, em outros, o caracteriza como uma espécie de aquém da racionalidade, restrita à vida comum e observação dos signos rememorativos, especialmente nas passagens em que é contrastado com o ceticismo acadêmico: “No caso dos filósofos da Academia, acentua-se, por conseguinte, o papel da razão e do pensamento na conduta porque podem influenciar (intensificar ou reduzir) a probabilidade de uma representação. O provável pode-se dizer então um critério de ação racional em contraste com o dos pirrônicos, filósofos para os quais o fenômeno se impõe involuntariamente, imune à investigação, ou seja, como algo exterior ao exercício da argumentação e acolhido passivamente” (p.83).

O último item do capítulo dedica-se ao problema da religião nas duas versões do ceticismo antigo. O intuito aqui é mostrar que não há uma incompatibilidade *a priori* entre a suspensão do juízo e a religião. Mais uma vez, a contraposição cética diz respeito exclusivamente à pretensão de fundamentar a crença, neste caso as crenças que dizem respeito à existência e aos atributos dos deuses: “O cético encontra-se não somente imune às acusações de ateísmo ou impiedade, mas terá até condições de dirigi-las contra os dogmáticos cujas doutrinas parecem implicar a inexistência ou uma concepção indigna dos deuses” (p. 92). Não emerge deste cenário qualquer postulado que afirme que

as questões relativas à divindade estejam além do alcance da razão humana. O autor aqui parece seguir a hipótese de Frederic Brahami, entendendo que é justamente a introdução no escopo do ceticismo desta restrição, por sua vez oriunda de uma cisão entre as ordens natural e sobrenatural (p. 105) e em decorrência dela, a insistência na fraqueza da natureza humana (p. 106) que particulariza as versões modernas – objeto do segundo e terceiro capítulos. Submetidos a estes pressupostos, o “ceticismo cristão” deverá esforçar-se para compatibilizar a dúvida com a fé, e em casos mais extremos, instrumentalizar a dúvida, entendida como propedêutica, na defesa da fé.

O primeiro autor analisado é Montaigne e a intrincada argumentação da Apologia de Raymond Sebond é meticulosamente esquadrinhada. O ensaio – que responde a duas objeções feitas ao *Liber Creaturarum* de Sebond, traduzido para o francês por Montaigne – é interpretado como projeto apologético da fé cristã, hipótese que não é consensual entre os intérpretes. Apesar de não coincidir com a forma como se organiza a exposição do capítulo, é possível sintetizar em dois núcleos temáticos os argumentos que estruturam esta apologia da fé: a onipotência divina e a ignorância do homem. Em resposta à primeira objeção (que Sebond está errado em querer justificar a fé com a razão), o primeiro núcleo visa, contrariamente a Sebond, destituir a pretensão de justificar a crença religiosa por intermédio dos recursos cognitivos humanos – o alvo da argumentação, portanto, é a teologia natural. A verdadeira fé decorre da graça, resulta de uma intervenção divina e não do esforço humano. O segundo núcleo se destaca na resposta à segunda objeção (que as razões alegadas por Sebond não são boas) e realiza a desconstrução da razão enquanto faculdade capaz de produzir conhecimento. As insuficiências do saber levam o ensaísta a afirmar a ignorância inerente ao homem e valorizar seu reconhecimento como a postura efetivamente sábia, aspecto que por sua vez é indicado como influência decisiva da antropologia cristã, a partir do que se apura nas Epístolas de São Paulo.

Embora seja difícil delimitar o estatuto da razão em Montaigne (p. 254), ao lado da crítica à razão dogmática, a análise sugere a valorização de uma racionalidade, cuja ação tanto mais for liberta de dogmas e falsas convicções, tanto menos será propensa à precipitação e ao erro. Como o próprio autor observa, Montaigne distingue dois usos da razão – um dogmático e vaidoso e outro socrático, consciente das limitações inerentes às faculdades cognitivas e precavido diante das inúmeras possibilidades de erro, e que, portanto, empenha-se em inquirir e debater e não em resolver (p. 121-122). Neste caso, verifica-se a delimitação de uma “*sagesse*” socrática e acadêmica, que será mais claramente explicitada no terceiro livro dos *Ensaaios*: “Diante da

pretensão dos segundos objetores, Montaigne advoga uma razão que bem se pode denominar cética, dado que isenta de pretensão demonstrativa, e, de modo geral, sobretudo quando se tem em mente outros ensaios, ele não parece adequar-se perfeitamente à equipolência pirrônica já que nunca deixa de apresentar seus pontos de vista, isto é, de tender, bem que moderadamente, a um dos lados da contraposição, de emitir opiniões que lhe parecem ‘verossímeis’” (p. 150). As inúmeras ocorrências do termo verossimilhança e outros cognatos empregados por Montaigne na qualificação das posições filosóficas com as quais parece concordar e das suas próprias não poderiam sugerir que Montaigne estaria aderindo ao probabilismo acadêmico? “Assim, Montaigne mescla as duas vertentes e indica que o que lhe interessa é principalmente a crítica ao dogmatismo, não uma distinção dos céticos. (...) Seu intuito maior não é separar nitidamente os céticos antigos, nem erigir um ceticismo próprio e coerente, mas denunciar a vaidade, a arrogância, e para tanto é legítimo usar qualquer recurso, ainda que, como dito anteriormente, seu arsenal reúna armas de naturezas distintas” (p. 131). Que se trate de uma versão particular e original do ceticismo – “o filósofo de nova figura” – singular, mas coerente, nela as diretrizes acadêmicas parecem fornecer os contornos principais. Apesar da cautela em não sentenciar sobre o ceticismo de Montaigne e em manter a tese do “amalgama de correntes céticas” (p. 111, 129, 155), espécie de ecletismo que justificaria até uma menor coerência do ceticismo desenvolvido e praticado pelo ensaísta (p. 109 e p. 110), a interpretação destaca de forma muito convincente os elementos acadêmicos presentes na Apologia, apontando com precisão os pontos de ruptura em relação ao pirronismo e que sustentariam a afinidade entre o “ensaio” – novidade filosófica de Montaigne – e o ceticismo acadêmico.

Por outro lado, mesmo que as evidências de um alinhamento com os acadêmicos sejam contundentes na Apologia, não é certo que a consideração do cristianismo seja motivada pela preocupação em conferir verossimilhança aos seus conteúdos, a segunda alternativa proposta pela análise. A despeito da inaptidão da equipolência para justificar o cristianismo, uma vez que é uma solução relativa, que deixa o cristianismo equiparado às outras religiões, a segunda alternativa é mais fraca, porque não parece haver um posicionamento claro de Montaigne em prol do cristianismo. Montaigne não nos parece preciso no que espera obter da Apologia de Sebond, embora não deixe dúvidas quanto à sua aversão aos projetos reformistas. Nem mesmo nas referências que Montaigne faz a si e à sua experiência pessoal é fácil inferir uma adesão explícita a esta religião, para além da orientação conservantista de seguir os costumes e tradições locais. Não seria o caso de pensar a ambivalência das

soluções apresentadas na Apologia como um dos paradoxos montaignianos, estratégia que deixaria a cargo do leitor uma tomada de posição em relação às alternativas apresentadas? Que o leitor exercite seu juízo, e formule seu próprio julgamento, seguindo o exemplo de Montaigne em seus ensaios. Neste caso, não haveria um projeto apologético propriamente dito, no sentido em que não há um discurso forte que afirme a supremacia da graça e da verdade cristã. O projeto que parece em jogo é antes o de combater a arrogância e vaidade do homem – projeto cético, por excelência.

O item seguinte é dedicado à Charron. Também, neste caso, o filósofo admite a tese de que Deus é inacessível ao homem e, por isso, as verdades do cristianismo estão acima dos poderes da razão. Embora afirme que o registro humano é irremediavelmente separado do divino, Charron não afirma haver oposição entre os dois. Ao contrário, é possível estabelecer uma espécie de colaboração entre eles, uma vez que se pode argumentar em favor da verossimilhança da religião cristã, isto é, mostrar que os argumentos que a sustentam são mais convincentes do que aqueles a desautorizam. As provas que atestam sua verossimilhança são o melhor instrumento na defesa da fé, porque são independentes da contingência da tradição. Mesmo que os costumes constriam o acolhimento de outra religião, ainda assim a religião cristã poderá impor-se como a mais convincente e autêntica piedade. Possibilidade que é assegurada pela distinção charroniana entre dois tipos de acolhimento exterior e interior, diferenciação que já havia sido proposta por Montaigne, na esteira de Sexto Empírico. Segundo Charron, “os preceitos de tudo julgar e a nada se ater”, que respaldam a liberdade do sábio charroniano, não abarcam o domínio religioso, por que são seguidos de forma moderada e atenta aos limites atinentes à faculdade de julgar. A liberdade de espírito e a validade do cristianismo são asseguradas, mesmo que em contradição com as prescrições da tradição.

O projeto de Charron é francamente apologético e o ceticismo acadêmico assume uma função claramente propedêutica (p. 178). A tarefa resevada à suspensão cética será eliminar as crenças que são obstáculo para o reconhecimento da verdade do cristianismo: “A rigor, Deus e o cristianismo não podem ser demonstrados, posto que estão além da razão, mas há provas para apoiar a crença, para indicar que as posições que negam a divindade e as que sustentam outras religiões não são boas ou, no mínimo, não tão boas quanto as que apontam para Deus e o cristianismo” (p. 181).

Por fim, a vasta e controversa produção literária de Le Vayer é investigada no terceiro e último capítulo do livro. Sem mascarar a dificuldade de se apurar o sentido filosófico da obra deste autor – libertino e irreligioso para uns,

apologeta do cristianismo na visão de outros, Loque argumenta que Le Vayer desenvolve uma posição “fideísta”, francamente alicerçada no pirronismo, diversamente de seus antecessores. Seu objetivo é assegurar ao pirronismo a função de propedêutica à fé, porquanto é capaz de destituir a razão de suas pretensões à ciência e reafirmar, conforme a perspectiva paulina, a nulidade do saber humano: “é o dogmatismo que coloca em risco a ciência da religião, uma vez que são os dogmáticos que, pensando ter alcançado princípios verdadeiros e irrefutáveis acerca do divino, arvoram-se a questionar ou mesmo modificar os preceitos da religião” (p. 231). Em vista desta orientação, Le Vayer emprega o conceito de “circuncisão”, espécie de reforma das doutrinas filosóficas, na qual os elementos irreligiosos e ditos “carnais” serão removidos, o que lhe permite compatibilizar o pirronismo com o cristianismo. Assim, é possível estabelecer limites para o exercício da dúvida e com isso impedir que a ela se estenda do inadequadamente ao domínio das crenças religiosas. “Portanto, passando pela circuncisão, o ceticismo converte-se numa filosofia não apenas compatível, mas propedêutica á fé cristã, dada sua ojeriza à presunção e à opiniaticidade. Suspendendo o juízo, os céticos reconhecem a ignorância humana e desvinculam-se da arrogância de supor-se detentores do saber” (p. 224). Como assinala Flávio Loque, o problema da estratégia de Le Vayer é que o recurso à equipolência dos pirrônicos arrisca tornar o cristianismo equivalente às demais religiões. Malgrado os esforços de Le Vayer, o pirronismo não será capaz de propor razões para levar a aceitação da superioridade da fé cristã, deixando a cargo da vontade, instância extra-racional, a palavra final na escolha religiosa.

Em síntese, o texto é escrito de modo irretocável. A argumentação do autor é franca e precisa. Loque não se furta ao compromisso de sustentar uma interpretação própria, tampouco se omite em relação aos problemas trabalhados e ao debate autônomo com a bibliografia secundária. Com certeza, é um trabalho que contribui substantivamente para o avanço das discussões em torno ceticismo na modernidade. Em que se pesem as diferenças no engajamento em um projeto apologético entre os autores analisados, e mesmo a complexidade que reveste em cada caso o problema das relações entre o ceticismo e a fé cristã, são três casos de apropriação do ceticismo que privilegiam a dimensão moral da suspensão, como arma capaz de combater a arrogância, a opiniaticidade e o dogmatismo. Se a introdução da teologia cristã modifica o cenário metodológico e conceitual do ceticismo neste período, reconfiguração possivelmente decorrente da assimilação por parte de Montaigne da perspectiva paulina e irradiada até os leitores ilustres dos *Ensaio*s, o percurso empreendido por Loque em sua análise não deixa dúvidas

quanto ao papel decisivo da antropologia cristã neste empreendimento, pois ela torna ainda mais urgente o reconhecimento das limitações inerentes ao homem e a adequação da filosofia a uma medida estritamente humana.